

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MANGUALDE**Anúncio n.º 4838/2007****Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 237/07.ITBMGL**

Credor — Félix António Tinoco Gonçalves.
Insolvente — TRANSFRAM — Transportes Fernando Ribeiro & Ana Marques, L.^{da}

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Mangualde, no dia 28 de Junho de 2007, 14 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora TRANSFRAM — Transportes Fernando Ribeiro & Ana Marques, L.^{da}, número de identificação fiscal 503381721, com domicílio na Rua das Escolas, 17, Abruñosa do Mato, 3530-050 Cunha Baixa, Mangualde.

De que foi nomeado administrador da insolvente a Dr.^a Maria José Peres, advogada, com domicílio na Rua do Padre Américo, Edifício Marialva, 1.º, J, 3780-215 Anadia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos devem constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento e montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10 de Setembro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas

da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

28 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, *Fernando de Oliveira Barbosa*. — O Oficial de Justiça, *Dulce Maria Mota Ramos*.

2611032645

**1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL
DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS****Anúncio n.º 4839/2007****Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 1599/05.0TB0AZ**

Insolvente — SAC — Portuguesa — Fábrica de Calçado, L.^{da}
Credores — Caixa Leasing & Factoring, S. A., e outros.

Nos autos de insolvência acima identificados em que são insolvente SAC — Portuguesa — Fábrica de Calçado, L.^{da}, número de identificação fiscal 502183349, com domicílio na Zona Industrial, Apartado 294, 3720-502 Oliveira de Azeméis e administrador da insolvência o Dr. António Dias Seabra, com domicílio profissional na Avenida da República, 2208, 8.º, direito, frente, 4430-196 Vila Nova de Gaia.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 6 de Agosto de 2007, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do plano de insolvência.

Fica ainda notificado de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência, se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

6 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Maria Marques Couto*. — O Oficial de Justiça, *Clarisse Alves*.

2611032706

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OURÉM**Anúncio n.º 4840/2007****Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 879/07.5TBVNO**

Insolvente — RUVICOL — Sociedade de Construções, L.^{da}
Presidente da comissão de credores — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social de Santarém e outro(s).

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ourém, no dia 13 de Junho de 2007, às 14 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor RUVICOL — Sociedade de Construções, L.^{da}, número de identificação fiscal 503854409, com endereço na Rua das Melhadas, Nossa Senhora da Misericórdia, Casal Branco, Ourém, 2490-319 Ourém.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Carlos António Rodrigues da Costa, com endereço na Rua do Dr. Agostinho Tinoco, lote 1, 2400-084 Leiria.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17 de Setembro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

13 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Patrícia Gaspar Guimarães*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Céu Castanheira*.

2611032622

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OVAR

Anúncio n.º 4841/2007

Falência (requerida) — Processo n.º 289/04.6TYLSB

Requerente — PROMIDEIA, Promoções Publicitárias, L.ª

Requerida — Gabriela Maria Martins de Oliveira G. Ribeiro Rocha e outro(s).

José Miguel Moreira, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ovar, faz saber que, por sentença de 17 de Maio de 2007, proferida nos presentes autos, foi declarada a falência da requerida Gabriela Maria Martins de Oliveira G. Ribeiro Rocha, nacional de Portugal, bilhete de identidade n.º 6974509, com domicílio na Avenida da Praia, 1896, 3885-202 Cortegaça, Ovar, e do requerido Fernando José Ribeiro Rocha, nacional de Portugal, bilhete de identidade n.º 5977683, com domicílio na Avenida da Praia, 1896, Cortegaça, 3885-202 Cortegaça, Ovar, tendo sido fixado em 30 dias, contados da publicação do competente anúncio no *Diário da República*, o prazo para os credores reclamarem os seus créditos, conforme o estatuído no disposto no artigo 128.º, n.º 1, alínea e), do CPERE.

Foi nomeado liquidatário judicial o sol. José Ribeiro de Abreu, número de identificação fiscal 141871890, cartão profissional n.º 2829, com endereço na Rua de São Tomé e Príncipe, 41, 4520-270 Santa Maria da Feira.

21 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *José Miguel Moreira*. — O Oficial de Justiça, *Amália Sousa*.

2611032610

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAFIEL

Anúncio n.º 4842/2007

Insolvência de pessoa singular (apresentação) Processo n.º 3055/06.0TBPNF

Insolvente — Gracinda dos Reis Moreira.
Credor — Banca Mais, S. A., e outro(s).

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente — Gracinda dos Reis Moreira, nascida em 22 de Outubro de 1966, freguesia de Urrô (Penafiel), número de identificação fiscal 187787174, bilhete de identidade n.º 8197814, Rua do Apeadeiro, 76, Irivo, 4560-173 Penafiel, e administrador de insolvência — Armando Rocha Gonçalves, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 386, 4200-186 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por despacho de 18 de Abril de 2007.

Efeitos do encerramento — de acordo com o estipulado no artigo 232.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE, foi declarado encerrado o processo, prosseguindo apenas o incidente de qualificação de insolvência, agora com carácter limitado, sendo que o prazo previsto no artigo 191.º, n.º 1, do CIRE se conta a partir do trânsito em julgado da decisão.

6 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Cristina Lavandeira*. — O Oficial de Justiça, *Maria Emília Martins*.

2611032443

TRIBUNAL DA COMARCA DE PÓVOA DE LANHOSO

Anúncio n.º 4843/2007

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência n.º 100/07.6TBPVL

Na Secção Única do Tribunal da Comarca de Póvoa de Lanhoso, em 4 de Julho de 2007, foi proferida decisão, nos termos do disposto no artigo 39.º, n.º 2, alínea a), do CIRE, de complemento da sentença de declaração de insolvência, proferida em 11 de Maio de 2007, nos autos insolvência n.º 100/07.6TBPVL, do devedor LANDVEL — Confecções, L.ª, número de identificação fiscal 505456311, com sede em Fonte do Milho, 53, Garfe, 4830-282 Póvoa de Lanhoso.

É administradora do devedor Maria Judite Ferreira Barros Velloso, viúva, nascida em 14 de Outubro de 1954, freguesia de Garfe, Póvoa de Lanhoso, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 148569153, bilhete de identidade n.º 7295297, com domicílio no lugar Fonte do Milho, 53, Garfe, 4830-282 Póvoa de Lanhoso.

Para administrador da insolvência foi nomeado Dr. Joaquim Alberto de Freitas Pereira, com domicílio na Avenida de D. João IV, Ed. Vila Verde, bloco 1, 580, 1.º, esquerdo, 4800 Guimarães.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registado ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.